



SINDICATO DOS TRABALHADORES
DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL

Contas
consolidadas
do exercício

2023



ÍNDICE

RELATÓRIO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN 3

RELATÓRIO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN **3**

BALANÇO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN **6**

MAPA DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA ESTRUTURA
CONSOLIDADA DO SBN **7**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DA ESTRUTURA
CONSOLIDADA DO SBN **9**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
DA ESTRUTURA CONSOLIDADA **10**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DA ESTRUTURA
CONSOLIDADA DO SBN **12**

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA
CONSOLIDADA DO SBN **13**

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS 26

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE
CONTAS 27**

**PARECER DO CONSELHO
FISCALIZADOR DE CONTAS 31**

Relatório das Contas Consolidadas de 2023

**RELATÓRIO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL
NO EXERCÍCIO DE 2023**

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é dedicado à apresentação das Demonstrações Financeiras da Estrutura Consolidada do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, referentes ao exercício económico de 2023, tendo sido efetuadas com base na agregação de todas as Unidades de Exploração - Atividade Sindical, Regime Geral, Fundo Sindical de Assistência, Loja de Ótica (NovÓpticaSBN) e Pinheiro Manso -, e após a consolidação de contas com a empresa SBN – Residência Sénior, SA (sociedade cujo Capital Social é detido a 100% pelo SBN).

De acordo com o normativo estabelecido, na elaboração destes documentos foram anulados os movimentos intra-grupo.

Nestes termos, e em cumprimento com o estabelecido nos Estatutos, a Direção submete à apreciação da Comissão Permanente do Conselho Geral o presente Relatório e as Contas Consolidadas respeitantes ao exercício findo de 2023.

2. CONJUNTURA MACROECONÓMICA

Portugal registou um crescimento económico moderado em 2023, de 2,3%, fruto de uma recuperação que se revelou mais lenta do que o esperado, especialmente no segundo semestre do ano, motivada pela instabilidade política vivenciada e devido a várias incertezas globais que afetaram o sentimento económico.

A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento. Por sua vez, o contributo da procura externa líquida também foi positivo em 2023, mas menos importante do que no ano anterior, tendo as exportações e as importações de bens e serviços, em volume, desacelerado significativamente.

A inflação permaneceu elevada ao longo do ano (4,3% de taxa anual), impulsionada pela evolução dos preços dos alimentos, da energia e da habitação. Esses aumentos colocaram pressão adicional sobre os consumidores e as empresas, afetando o poder de compra e a competitividade da economia.

Apesar dos desafios, o mercado de trabalho em Portugal manteve-se estável, em termos da taxa de desemprego (6,5% no conjunto do ano). O aumento da imigração e da taxa de atividade contribuíram de uma forma positiva para o aumento da oferta de trabalho. No entanto, persistem as preocupações relativamente à falta de oportunidades para os jovens, requerendo esforços contínuos para a promoção de políticas que estimulem a criação de emprego.

Por sua vez, o rácio da dívida pública, face ao PIB, reduziu-se para o valor histórico de 98,7% em 2023, devido, em grande medida, ao efeito da taxa de inflação no crescimento do PIB. Foi a primeira vez, em catorze anos, que a República Portuguesa apresentou um rácio abaixo dos 100% do Produto Interno Bruto.

3. DESEMPENHO ECONÓMICO EM 2023

Os resultados económicos consolidados do SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal respeitantes ao exercício de 2023 são positivos em 716 mil euros. Comparativamente com o exercício anterior, houve uma melhoria dos resultados em 1,710 milhões de euros, motivada pelo efeito conjugado do aumento da principal rubrica de rendimentos (as Quotizações e Contribuições) e da diminuição da maior rubrica de gastos (as Comparticipações).

Contabilizaram-se 33,89 M € de rendimentos e os gastos situaram-se nos 33,15 M €, tendo-se atingido os 20,82 M € na atribuição de Comparticipações a Beneficiários, 5,51 M € em Gastos com o pessoal e 4,52 M € em FSEs.

Todas as Unidades de Exploração apresentaram um resultado económico positivo, com exceção do Regime Geral (com um RL negativo em 606 mil euros).

As Quotizações e Contribuições representaram 81,97% do Total de Rendimentos e cresceram 3,38% em relação a 2022.

As vendas do setor da ótica representaram 3,16% do Total de Rendimentos e tiveram um decréscimo de 5,87% comparativamente com 2022. O volume alcançado foi afetado pelo efeito integrado da redução do número de vendas e da diminuição do gasto médio em loja, tendo ficado, contudo, acima dos registos alcançados no período pandémico.

Os rendimentos provenientes da prestação de serviços clínicos representaram 1,68% do Total de Rendimentos e tiveram um crescimento de 9,70%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos representaram 13,63% do Total de Gastos e cresceram 0,54% comparativamente com 2022. As razões para este aumento foram: i) o incremento de 122 143€ na rubrica de Subcontratos, em resultado do aumento da atividade da SBN-RS; ii) o aumento de 18 268€ em Honorários (na área do SAMS e respeitantes a técnicos de saúde); iii) o agravamento das despesas

de conservação e reparação em 23 825€ (registadas na empresa geriátrica); iv) o incremento de 47 781€ em Outros serviços (por via do aumento da despesa via Médis, que se traduziu num incremento do respetivo fee de gestão). Em sentido contrário, importa destacar as diminuições de 87 520€ em Material de escritório e de 33 860€ em Limpeza, higiene e conforto.

Os Gastos com o Pessoal representaram 16,62% do Total dos Gastos, tendo sofrido um incremento de 7,57% face a 2022.

Por sua vez, os Gastos com as Comparticipações continuam a ser a rubrica com maior expressão na nossa estrutura de gastos, tendo representado 62,80% do seu total. Após a diminuição abrupta verificada em 2020, relacionada com a situação pandémica (que levou os nossos Beneficiários a recorrerem em menor escala aos serviços externos), registou-se uma relativa manutenção dos valores desta rubrica em torno dos 21,5 milhões de euros. Ora, neste último exercício, o montante total gasto em comparticipações fixou-se nos 20,8 milhões de euros, o que se traduziu num decréscimo de 4,46%. Neste domínio, a Assistência medicamentosa foi a que teve uma maior redução em termos absolutos (-779 793 €). De igual forma, há que enfatizar a diminuição de 445 153€ em Intervenções cirúrgicas e de 264 103€ em Assistência hospitalar. Em sentido contrário, importa destacar o aumento de 422 600€ em Meios auxiliares de diagnóstico e de 163 549€ na comparticipação em Consultas médicas. Por sua vez, a faturação por via do prestador Médis também sofreu um incremento (+17,52% ; +531 904€).

A diminuição do gasto geral com as Comparticipações, associado à diminuição da População Beneficiária, fez com que o Gasto com as comparticipações per capita tenha diminuído dos 794€ em 2022 para os 770 € (que foi o valor médio consumido por cada Beneficiário, durante o ano de 2023).

No que concerne ao volume de negócios da empresa geriátrica, e com o aliviar das medidas de contenção da propagação da pandemia, foi possível retomar a tendência de crescimento verificada anteriormente. Por esse motivo, o registo de 2023 foi o melhor de sempre, tendo-se atingido o patamar dos 2,95 milhões de euros de volume de negócios. A média de faturação mensal foi de 245 771€ e, comparativamente com o ano anterior, registou-se um aumento de 35,41%. Por outro lado, a média de faturação do último semestre do ano (272 098 €) faz antever uma melhoria considerável da faturação da empresa em 2024, sendo expetável que a marca dos 3 milhões de euros de volume de negócios seja facilmente ultrapassada.

Em termos da composição da população residente da Pinheiro Manso – Residência Sénior, importa destacar que, no final do mês de dezembro de 2023, a empresa contava com um total de 101 residentes permanentes, representando um novo máximo histórico. No decurso deste ano, atingiu-se o registo de 38 admissões em regime permanente, o que se traduziu num crescimento de 5,56% comparativamente com o exercício anterior (em 2022 tinham-se verificado 36 admissões e em 2021, com as restrições impostas pela tutela decorrentes da pandemia, apenas 18). Consequentemente, a média mensal em 2023 foi de 3,17 vendas, o que se traduz num registo superior ao verificado nos últimos anos.

BALANÇO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	23 083 646,78 €	23 321 132,58 €
Ativos intangíveis	5	64 756,30 €	12 713,48 €
Investimentos financeiros	10	26 702,17 €	26 125,35 €
Outros créditos e ativos não correntes		0,00 €	0,00 €
		23 175 105,25 €	23 359 971,41 €
Ativo corrente			
Inventários	7	154 723,70 €	155 407,66 €
Clientes	9.1	901 325,63 €	1 022 193,81 €
Adiantamentos a fornecedores		60 000,00 €	4 470,00 €
Estado e outros entes públicos		10 404,04 €	13 815,58 €
Outros ativos correntes		2 211 271,95 €	1 873 945,11 €
Diferimentos		329 546,84 €	299 420,58 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	14.1	8 761 608,43 €	8 804 950,89 €
		12 428 880,59 €	12 174 203,63 €
Total do ativo		35 603 985,84 €	35 534 175,04 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		3 901 083,33 €	3 901 083,33 €
Excedentes técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		1 209 902,81 €	1 209 902,81 €
Resultados transitados	14.2	-2 316 665,49 €	-2 127 547,77 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		11 458 185,85 €	11 547 947,21 €
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		715 920,82 €	-994 249,73 €
Total do fundo de capital		14 968 427,32 €	13 537 135,85 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	6	5 630 801,43 €	6 052 091,61 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	11.2	3 593 275,00 €	4 606 307,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar		0,00 €	0,00 €
		9 224 076,43 €	10 658 398,61 €
Passivo corrente			
Fornecedores		6 605 663,69 €	6 856 522,49 €
Adiantamentos de clientes		607,99 €	123,68 €
Estado e outros entes públicos		156 977,96 €	246 991,27 €
Financiamentos obtidos	6	476 657,94 €	497 371,38 €
Outros passivos correntes		1 385 982,22 €	1 007 957,62 €
Diferimentos		2 785 592,29 €	2 729 674,14 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		11 411 482,09 €	11 338 640,58 €
Total do passivo		20 635 558,52 €	21 997 039,19 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		35 603 985,84 €	35 534 175,04 €

MAPA DE CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN NO EXERCICIO DE 2023

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	VALOR REALIZADO
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	515 265,59 €
621	Subcontratos	891 464,63 €
62211	Publicações	53 968,66 €
62212	Higiene e segurança	868,61 €
62213	Condomínio	12 401,19 €
62219	Trabalhos especializados	143 856,97 €
6222	Publicidade e propaganda	4 700,05 €
6223	Vigilância e segurança	49 667,05 €
6224	Honorários	1 221 868,44 €
6226	Conservação e reparação	524 326,24 €
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	39 346,53 €
6232	Livros e documentação técnica	365,03 €
6233	Material de escritório	52 450,74 €
6234	Artigos para oferta	8 129,17 €
6235	Materiais e instrumentos de saúde	62 488,82 €
6236	Cafeteria	12 232,88 €
6237	Material de reprografia	34,44 €
6239	Materiais diversos	372,93 €
6241	Eletricidade	125 945,64 €
6242	Combustíveis	79 886,03 €
6243	Água	44 482,33 €
6251	Deslocações e estadas	98 779,01 €
6252	Transporte de pessoal	8 213,44 €
6253	Transporte de mercadorias	3 676,72 €
6261	Rendas e alugueres	147 267,26 €
6262	Comunicação	160 882,83 €
6263	Seguros	60 827,02 €
6265	Contencioso e notariado	10 233,53 €
6266	Despesas de representação	0,00 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	352 762,71 €
62691	Serviços bancários	16 201,76 €
62698	Outros serviços	328 595,11 €
631	Remunerações dos Órgãos Sociais	80 413,09 €
632	Remunerações do pessoal	3 791 106,71 €
635	Encargos sobre remunerações	1 001 144,80 €
636	Seguros de acidentes de trabalho e de doenças profissionais	48 767,97 €
637	Gastos de ação social	15 192,93 €
638	Outros gastos com o pessoal	570 852,12 €
64	Gastos de depreciação e de amortização	643 019,73 €
65	Perdas por imparidade	107 303,67 €
6811	Impostos indiretos	53 585,35 €
6812	Impostos diretos	34 333,56 €
682	Descontos de pronto pagamento concedidos	82 310,07 €
683	Dívidas incobráveis	0,00 €
684	Perdas em inventários	23 636,67 €
687	Gastos e perdas em investimentos não financeiros	721,26 €
6881	Correções relativas a exercícios anteriores	202 183,25 €
6882	Donativos	9 960,00 €
6883	Quotizações	184 097,06 €
6884	Ofertas e amostras de inventários	56,75 €
6885	Subsídios, dotações e gratificações	68 639,05 €
6886	Comparticipações	20 816 834,02 €
68889	Diversos	6 431,53 €
691	Juros suportados	373 349,02 €
Total dos Gastos		33 145 499,97 €

MAPA DE CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN NO EXERCICIO DE 2023

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	VALOR REALIZADO
71	Vendas	1 071 152,42 €
7211	Quotizações e contribuições	27 777 129,34 €
7219	Serviços de apoio administrativo e sindical	2 953 604,70 €
723	Atividades de âmbito social	343 782,04 €
724	Atividades de âmbito cultural e desportivo	81 230,90 €
72601	Senhas de consulta	266 480,00 €
72602	Atos médicos internos	48 914,71 €
72603	Complementaridade	55 935,75 €
72604	Penalizações por falta a consulta	15 199,99 €
72605	Análises clínicas	24 147,17 €
72606	Utentes	122 879,40 €
72607	Próteses dentárias	30 269,36 €
72608	Piso de sala	4 443,75 €
762	Reversões de perdas por imparidade	48 478,51 €
78161	Rendimentos suplementares provenientes de rendas	533 132,40 €
78162	Rendimentos suplementares provenientes de instalações	1 666,75 €
78169	Outros rendimentos suplementares	52 269,67 €
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	52 546,90 €
788	Correções relativas a exercícios anteriores	338 073,33 €
791	Juros obtidos	66 287,64 €
Total dos Rendimentos		33 887 624,73 €
Resultado antes de impostos		742 124,76 €

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8.2	5 018 040,19 €	4 251 741,81 €
Quotizações e contribuições	8.2	27 777 129,34 €	26 867 665,36 €
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00 €	117,50 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-515 265,59 €	-540 086,30 €
Fornecimentos e serviços externos		-4 516 295,77 €	-4 492 185,68 €
Gastos com o pessoal	11.3	-5 507 477,62 €	-5 119 689,17 €
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-393,26 €	-4 372,71 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-58 431,90 €	-66 664,28 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Imparidades de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		1 043 976,69 €	1 098 900,07 €
Gastos com participações		-20 816 834,02 €	-21 787 540,95 €
Outros gastos	8.3	-665 954,55 €	-543 659,52 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 758 493,51 €	-335 773,87 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-643 019,73 €	-475 881,40 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 115 473,78 €	-811 655,27 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	6	-373 349,02 €	-176 728,41 €
Resultados antes de impostos		742 124,76 €	-988 383,68 €
Imposto sobre o rendimento do período		-26 203,94 €	-5 866,05 €
Resultado líquido do período		715 920,82 €	-994 249,73 €

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN
NO EXERCÍCIO DE 2022**

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022	1											
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		3 562 972,82 €	0,00 €	1 064 998,30 €	8 043 392,31 €	0,00 €	3 628 633,08 €	0,00 €	-3 219 776,33 €	13 080 220,18 €	0,00 €	13 080 220,18 €
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		338 110,51 €		144 904,51 €	-10 170 940,08 €		0,00 €		7 657 283,81 €	-2 030 641,25 €		-2 030 641,25 €
	2	3 901 083,33 €		1 209 902,81 €	-2 127 547,77 €		3 628 633,08 €		4 437 507,48 €	11 049 578,93 €		11 049 578,93 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								-5 431 757,21 €	-5 431 757,21 €		-5 431 757,21 €
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	3 901 083,33 €		1 209 902,81 €	-2 127 547,77 €		11 547 947,21 €		-994 249,73 €	13 537 135,85 €		13 537 135,85 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	5	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2022	6=1+2+3+5	3 901 083,33 €	0,00 €	1 209 902,81 €	-2 127 547,77 €	0,00 €	11 547 947,21 €	0,00 €	-994 249,73 €	13 537 135,85 €	0,00 €	13 537 135,85 €

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN
NO EXERCÍCIO DE 2023**

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2023	6	3 901 083,33 €	0,00 €	1 209 902,81 €	-2 127 547,77 €	0,00 €	11 547 947,21 €	0,00 €	-994 249,73 €	13 537 135,85 €	0,00 €	13 537 135,85 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					0,00 €							
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11				-189 117,72 €		-89 761,36 €		994 249,73 €	715 370,65 €		715 370,65 €
	7				-189 117,72 €		-89 761,36 €		994 249,73 €	715 370,65 €		715 370,65 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								715 920,82 €	715 920,82 €		715 920,82 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				-189 117,72 €		-89 761,36 €		1 710 170,55 €	1 431 291,47 €		1 431 291,47 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	10				0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2023	6+7+8+10	3 901 083,33 €	0,00 €	1 209 902,81 €	-2 316 665,49 €	0,00 €	11 458 185,85 €	0,00 €	715 920,82 €	14 968 427,32 €	0,00 €	14 968 427,32 €

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		32 643 615,91 €	30 492 744,10 €
Pagamentos a fornecedores		-7 542 469,98 €	-5 920 811,33 €
Pagamentos ao pessoal		-4 788 232,34 €	-5 067 847,61 €
Caixa gerada pelas operações		20 312 913,59 €	19 504 085,16 €
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 090,79 €	-4 949,89 €
Outros recebimentos / pagamentos		-19 155 989,95 €	-20 297 818,75 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 155 832,85 €	-798 683,48 €
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-378 073,00 €	-522 921,98 €
Ativos intangíveis		-79 286,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	280 875,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		27 498,38 €	1 746,85 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-429 860,62 €	-240 300,13 €
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00 €	307 299,23 €
Realização de fundos		0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Doações		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-395 965,67 €	-263 436,01 €
Juros e gastos similares		-373 349,02 €	-176 728,41 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Redução de fundos		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-769 314,69 €	-132 865,19 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-43 342,46 €	-1 171 848,80 €
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		8 804 950,89 €	9 976 799,69 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		8 761 608,43 €	8 804 950,89 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. DENOMINAÇÃO DA ENTIDADE E NIPC

A denominação da Entidade que presta contas é SBN – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL, tendo o NIPC 500 955 743.

1.2. LUGAR DA SEDE SOCIAL

A sua Sede localiza-se no Porto (mais concretamente na rua Cândido dos Reis, nº 130).

1.3. NATUREZA DA ATIVIDADE

O SBN - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL é uma associação de classe composta pelos trabalhadores que exercem a sua atividade profissional em Instituições de Crédito e em Sociedades Financeiras ou similares, em Portugal.

Com uma História sobejamente reconhecida e com provas dadas na defesa dos interesses dos seus Associados desde 1934, o SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal orienta a sua ação com base nos seguintes valores: democracia, independência e solidariedade entre trabalhadores. Na sua luta por uma organização sindical democrática, livre e independente, o SBN reconhece a todos os Associados o direito de livre participação e intervenção democrática na formação da sua vontade coletiva, e fomenta a participação ativa de todos os Sócios na consolidação da sua unidade em torno de objetivos concretos.

O SBN exerce a sua atividade de forma independente face ao Patronato, Estado, poder político e instituições religiosas.

As principais atividades exercidas por este Sindicato são: a celebração das Convenções Coletivas de Trabalho, a prestação da assistência sindical e jurídica, a prestação da assistência médica e medicamentosa (através do SAMS), a disponibilização de serviços de carácter social (através de eventos para os tempos livres, da organização de viagens turísticas e do arrendamento de apartamentos), a promoção de cursos de formação profissional, a organização de eventos no plano cultural (Escola de Pintura, Núcleo de Fotografia, edição da revista Nortada, apoio a publicações literárias) e de eventos desportivos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ESNL

Ainda que se tenha respeitado a filosofia de base do disposto no Sistema de Normalização Contabilística, introduziram-se algumas adaptações motivadas pela especificidade da atividade desenvolvida, tais como:

- Conta 26

A conta 26 reflete os saldos relativos às dívidas de Sócios, das Delegações do SBN e dos Postos Clínicos do SAMS.

- Conta 51

Esta conta reflete o disposto no artigo 90º dos Estatutos do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, que estabelece que os Capitais Próprios da Instituição devem estar representados sob a forma de Fundos Estatutários, espelhando a acumulação dos resultados dos anos anteriores.

- Conta 721

Esta conta reflete o disposto no artigo 13º dos Estatutos do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal (que determina os termos do valor recebido dos Sócios, a título de Quotização), bem como o estabelecido na cláusula 111ª e 112ª do respetivo Acordo Coletivo de Trabalho (onde se estabelece os montantes das Contribuições para o SAMS).

2.3. COMPARABILIDADE

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Outras políticas contabilísticas

b. 1.) Sócios e outros valores a receber

As contas de Sócios e Outros valores a receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas Perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

b. 2.) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados na demonstração dos resultados.

b. 3.) Meios financeiros líquidos

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

b. 4.) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

b. 5.) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Instituição tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

b. 6.) Regime do acréscimo

O SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

b. 7.) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os Impostos diferidos e as Provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não é expectável qualquer alteração significativa das estimativas efetuadas que possam pôr em causa os montantes assumidos ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.2. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se efetuaram alterações nas políticas contabilísticas, tendentes à prestação de informação mais relevante.

3.3. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados.

3.4. CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas correções relativas a exercícios anteriores provenientes da contabilização de participações que se encontram ao abrigo do estabelecido na alínea h) do nº 1. do art. 16º das Normas do Regulamento de prestação de serviços de saúde a Beneficiários (relacionada com o prazo de entrega da documentação sujeita a participação).

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios: 24 - 100 anos;
- Equipamento básico: 8 - 20 anos;
- Equipamento de transporte: 8 anos;
- Equipamento administrativo: 6 - 20 anos;
- Equipamento informático: 6 – 20 anos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais, consoante se trate de mais ou menos valias.

Durante o exercício verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis constantes do Balanço:

Ativos Fixos Tangíveis Brutos

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
Terrenos e recursos naturais	456 754 €					456 754 €
Edifícios e outras construções	35 353 659 €					35 353 659 €
Equipamento básico	1 846 548 €		144 968 €			1 991 516 €
Equipamento de transporte	408 133 €		30 773 €			438 906 €
Equipamento administrativo	774 902 €		1 878 €		-32 €	776 748 €
Equipamento informático	1 188 810 €		86 930 €	975	-30 748 €	1 244 017 €
Outro equipamento	773 617 €		117 298 €			890 915 €
Ativos tangíveis em curso	19 188 €					19 188 €
	40 821 611 €	0 €	381 847 €	975 €	-30 780 €	41 171 703 €

No decurso do exercício de 2023 ocorreram os seguintes movimentos de Depreciação dos Ativos fixos tangíveis:

Depreciações Acumuladas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Terrenos e recursos naturais	0 €			0 €
Edifícios e outras construções	13 603 000 €	348 566 €		13 951 566 €
Equipamento básico	1 422 672 €	61 991 €		1 484 663 €
Equipamento de transporte	177 659 €	80 671 €		258 330 €
Equipamento administrativo	707 155 €	14 511 €	-32 €	721 634 €
Equipamento informático	935 390 €	74 323 €	-31 002 €	978 711 €
Outro equipamento	654 603 €	38 547 €		693 150 €
Ativos tangíveis em curso	0 €			0 €
	17 500 479 €	618 609 €	-31 034 €	18 088 056 €

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de Ativos Intangíveis constantes do Balanço:

Ativos Intangíveis Brutos

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
Programas de computador	75 215 €		76 451 €			151 666 €
	75 215 €	0 €	76 451 €	0 €	0 €	151 666 €

No decurso do exercício de 2023 ocorreram os seguintes movimentos de Depreciação dos Ativos Intangíveis:

Depreciações Acumuladas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Programas de computador	62 501 €	24 408 €		86 909 €
	62 501 €	24 408 €	0 €	86 909 €

6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A rubrica de Financiamentos Obtidos é composta por:

- 4 774 738 € de contrato de mútuo utilizado no MONTEPIO, no âmbito da edificação do empreendimento de Pinheiro Manso;
- 1 157 852 € de contrato de mútuo utilizado no MONTEPIO pela SBN – Residência Sénior, SA como crédito ao investimento;
- 174 869 € de locações financeiras respeitantes à utilização de viaturas.

No decurso do exercício de 2023 foram suportados 373 349 € de juros, resultantes do endividamento bancário.

7. INVENTÁRIOS

7.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

7.2. QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA ESCRITURADA EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS PARA A ENTIDADE

A 31 de dezembro de 2023, encontrava-se contabilizado em Inventário um montante total de 154 724 €, conforme se observa através da análise ao seguinte quadro:

RUBRICAS	2020	2021	2022	2023	var. 2023/2022
Existências em Aveiro	10 507 €	9 798 €	9 794 €	9 593 €	-2,05%
Existências no Porto	196 523 €	201 420 €	212 217 €	211 368 €	-0,40%
Reclassificação do inventário	0 €	0 €	0 €	51 €	100,00%
Valor Bruto	207 030 €	211 218 €	222 011 €	221 012 €	-0,45%
Perdas por imparidade em inventários	-62 109 €	-63 365 €	-66 603 €	-66 288 €	-0,47%
Total do Inventário líquido	144 921 €	147 852 €	155 408 €	154 724 €	-0,44%

O montante constante em Perdas por imparidade em inventários representa cerca de 30% do valor constante em armazém, e foi calculado em conformidade com a prática seguida nos últimos anos.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS PARA O RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

É reconhecido rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que se obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda e/ou prestação de serviço estejam substancialmente resolvidas. As estimativas baseiam-se em resultados históricos, considerando o tipo de Sócio e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

8.2. RENDIMENTOS POR AGREGADO

Em 2023 foram contabilizados 32 795 170 € de Rendimentos Operacionais.

DESCRIÇÃO	2022	2023	var. 2023/2022
Vendas	1 137 898 €	1 071 152 €	-5,87%
Quotizações e contribuições	26 867 665 €	27 777 129 €	3,38%
Serviços apoio administrativo e sindical	2 183 473 €	2 953 605 €	35,27%
Atividades de âmbito social	336 600 €	343 782 €	2,13%
Atividades culturais e desportivas	75 764 €	81 231 €	7,22%
Serviços clínicos	518 007 €	568 270 €	9,70%
Subsídios à exploração	118 €	0 €	-100,00%
Total dos Rendimentos Operacionais	31 119 525 €	32 795 170 €	5,38%

8.3. EVOLUÇÃO DAS RUBRICAS DE OUTROS GASTOS

O quadro apresentado em seguida evidencia a repartição da rubrica de Outros Gastos, totalizando 665 955 €.

DESCRIÇÃO	2022	2023	var. 2023/2022
Impostos indiretos	52 885 €	53 585 €	1,32%
Impostos diretos	31 440 €	34 334 €	9,20%
Descontos de p.p. concedidos	83 166 €	82 310 €	-1,03%
Dívidas incobráveis	2 086 €	0 €	-100,00%
Correções de exercícios anteriores	67 668 €	202 183 €	198,79%
Quotizações	182 861 €	184 097 €	0,68%
Outros	123 554 €	109 445 €	-11,42%
Total	543 660 €	665 955 €	22,49%

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1. MONTANTE EM DÍVIDA DE CLIENTES

O montante em dívida de Clientes, à data de 31 de dezembro de 2023, era de 901 326 €.

RUBRICAS	2022	2023	var. 2023/2022
Devedores por Fundo de Empréstimos	158 759 €	159 871 €	0,70%
Devedores por contencioso	204 106 €	269 690 €	32,13%
Devedores por iniciativas	46 350 €	98 361 €	112,21%
Devedores por créditos de atos externos	11 001 €	11 001 €	0,00%
Devedores por cheques datados	49 928 €	38 384 €	-23,12%
Outros	889 308 €	712 806 €	-19,85%
Perdas por imparidade	-337 259 €	-388 789 €	15,28%
Total em dívida de Sócios	1 022 194 €	901 326 €	-11,82%

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2023, encontravam-se contabilizados os seguintes montantes referentes a Investimentos financeiros:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Outros Investimentos					
FCT – Fundo Comp. do Trabalho	26 125 €		2 789 €	2 213 €	26 702 €
	26 125 €	0 €	2 789 €	2 213 €	26 702 €

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

11.1. NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

No decurso deste ano, assistiu-se à passagem à situação de reforma de dois Administrativos, um Motorista e quatro Escriturárias (afetas ao Apoio Clínico). Simultaneamente, assistiu-se à desvinculação de três Administrativas (dos Departamentos de Participações, Sócios e Beneficiários e Serviços Financeiros), dois Enfermeiros (afetos à Residência Sénior) e de um Contabilista.

Por sua vez, foram admitidos doze Administrativas (para os Departamentos de Participações, Marcações, Digitalização, Serviços Financeiros e Sócios e Beneficiários), um Técnico de Compras (para o Aproveitamento), dois Contabilistas, uma Advogada, um Técnico de Vendas (para a Loja de Ótica), duas Ajudantes de Lar (para a Residência Sénior) e cinco Escriturárias (para o Apoio Clínico).

No que concerne aos Clínicos em regime de prestação de serviços, registaram-se onze admissões que superaram as oito desvinculações concretizadas.

Desta forma, o número total de trabalhadores ao serviço no SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, à data de 31 de dezembro de 2023, era de cento e noventa e dois funcionários e noventa e nove avençados.

11.2 COMPROMISSOS EXISTENTES EM MATÉRIA DE PENSÕES

Através do Estudo de avaliação atuarial do Plano de Pensões, efetuado pela Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, destinado a avaliar as responsabilidades assumidas reportadas a 31 de dezembro de 2023, concluiu-se o seguinte:

RESPONSABILIDADES EXISTENTES A 31/12/2023	VALOR
Pensionistas ⁽¹⁾	211 753 €
Reformados ⁽²⁾	3 279 906 €
Ativos	
Responsabilidades totais	105 660 €
Responsabilidades por Serviços Passados ⁽³⁾	101 617 €
Total ⁽¹⁾⁺⁽²⁾⁺⁽³⁾	3 593 275 €

Este cálculo resulta da seguinte caracterização da população sujeita a avaliação, tendo em conta a tipologia de contrato de trabalho celebrado com a Instituição:

CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES COM COMPLEMENTO DE REFORMA	ATIVOS	REFORMADOS	PENSIONISTAS
Número	34	60	9
Idade média	62,05	82,44	82,87
Antiguidade média	37,71	-	-
Salário / Pensão média anual	28 591 €	4 313 €	1 814 €
Folha anual de salários / pensões	972 080 €	258 785 €	18 143 €

Por sua vez, no decurso do exercício de 2023 registaram-se os seguintes movimentos na rubrica de Responsabilidades por benefícios pós-emprego:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4 606 307 €	0 €	1 013 032 €	3 593 275 €
	4 606 307 €	0 €	1 013 032 €	3 593 275 €

O saldo final desta rubrica corresponde ao valor da Avaliação Atuarial do Plano de Pensões, efetuada pela Fidelidade – Companhia de Seguros, referente às responsabilidades existentes à data de 31 de dezembro de 2023.

O montante global das dívidas, ativas e passivas, respeitantes ao Pessoal, era o seguinte:

DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS	
	ATIVAS	PASSIVAS
Remunerações a pagar ao pessoal	50 €	-
Adiantamentos ao pessoal	4 436 €	-
Outras operações com o pessoal	35 267 €	-

11.3. EVOLUÇÃO DAS RUBRICAS DE GASTOS COM O PESSOAL

Apresenta-se de seguida a evolução registada nas rubricas de Gastos com o Pessoal:

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM O PESSOAL

DESCRIÇÃO	2022	2023	var. 2023/2022
Remunerações Órgãos sociais	112 763 €	80 413 €	-28,69%
Remunerações do pessoal	3 495 068 €	3 791 107 €	8,47%
Encargos sobre remunerações	939 674 €	1 001 145 €	6,54%
Seguros de acidente trabalho	44 227 €	48 768 €	10,27%
Gastos de ação social	11 453 €	15 193 €	32,65%
Outros gastos com o pessoal	516 504 €	570 852 €	10,52%
Total	5 119 689 €	5 507 478 €	7,57%

11.4. GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações globais atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as que se apresentam de seguida:

ÓRGÃO	VENCIMENTOS	OUTRAS REMUNERAÇÕES
Mesa da Assembleia Geral	4 749 €	252 €
Direção	33 031 €	1 039 €
Secções Sindicais de Empresa	0 €	808 €
Secções Sindicais de Delegação	37 421 €	2 094 €
Secção Sindical de Reformados	0 €	800 €
Conselho de Gerência do SAMS	0 €	0 €

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que o SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. OUTRAS DIVULGAÇÕES

14.1 FLUXOS DE CAIXA

A 31 de dezembro de 2023 encontrava-se contabilizado em Caixa e depósitos bancários um montante total de 8 761 608 €, conforme se observa através da análise ao seguinte quadro:

RUBRICAS	2022	2023	var. 2023/2022
Depósitos a prazo	5 080 715 €	5 080 715 €	0,00%
Depósitos à ordem	3 717 314 €	3 669 647 €	-1,28%
Caixa	6 922 €	11 247 €	62,48%
Total Caixa e depósitos bancários	8 804 951 €	8 761 608 €	-0,49%

14.2. FUNDOS PATRIMONIAIS

As alterações efetuadas em Resultados Transitados, resultam de:

- i. aplicação do resultado líquido de 2022;
- ii. ajustamento efetuado na rubrica de Benefícios pós-emprego, no montante de 715 371 €, para que esta reflita as responsabilidades, à data de 31 de dezembro de 2023, com o pagamento futuro das pensões.

14.3. POPULAÇÃO ASSOCIADA E BENEFICIÁRIA

A 31 de dezembro de 2023 encontravam-se inscritos no SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal 11 063 Sócios, conforme o descrito no seguinte mapa:

DESCRIÇÃO	Nº SÓCIOS
Sócios no Ativo	2 950
Sócios Reformados	8 113
Total	11 063

Por sua vez, o número total de Beneficiários do SAMS, inscritos a 31 de dezembro de 2023, era de 27 046.

TIPOLOGIA	NÚMERO
Titulares	12 283
Cônjuges	7 834
Companheiras (os)	558
Descendentes	3 822
Ascendentes	26
Pensionistas	2 463
Outros	60
Total	27 046

14.4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º1 do artigo 66º - A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários totais faturados, durante o presente exercício financeiro, pelo revisor oficial de contas ascenderam a 19 000 € (acrescidos de IVA).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2023

Nos termos dos Estatutos do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, a Direção propõe a seguinte aplicação dos Resultados Consolidados do exercício de 2023:

Saldo Consolidado	715 920,82 €
Transita para o exercício seguinte	715 920,82 €

Porto, 15 de março de 2024.

A DIREÇÃO

Mário Joaquim da Silva Mourão
Alberto Simão Campos Mota
José Manuel Alves Guerra da Fonseca
Paulo Duarte Silva Coutinho
César Alberto Rodrigues de Campos
Ilda Tavares Bastos Gonçalves Martins
Francisco Henrique Morais Rego
Leandro Alípio dos Santos
José António Deus Gonçalves
Gabriel Mendes Costa
Susana Flávia Ferraz C. Moreira
Susana Mónica Silva Nogueira Fonseca Paiva
Cláudia Marina Moreira Silva
Sílvia Teresa Marques Martins Lopes
Aristides Batista Brites

**SBN — Sindicato dos Trabalhadores
do Setor Financeiro de Portugal**

**Parecer do Revisor
Oficial de Contas**

Contas Consolidadas de 2023



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Grupo SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 35.603.986 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.968.427 euros, incluindo um resultado líquido de 715.921 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Grupo SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal**, em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro relativo ao período findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividade consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividade

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividade consolidada foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre do Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 30 de Abril de 2024

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. n.º 820
registado na CMVM com o n.º 20160448)

**SBN — Sindicato dos Trabalhadores
do Setor Financeiro de Portugal**

**Parecer do
Conselho
Fiscalizador de
Contas**

Contas Consolidadas de 2023

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCALIZADOR DE CONTAS

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos do SBN-Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e parecer sobre o Relatório Consolidado das contas do SBN referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Acompanhámos ao longo do exercício as contas que foram consolidadas do SBN, e que fazem parte do Relatório em apreciação, tendo analisado, com a extensão aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos de suporte à elaboração dos mesmos, os quais satisfazem as disposições legais em vigor, designadamente o Balanço, os Mapas de Classificação Económica, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais, e, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como os respetivos anexos.

Pela Direção do SBN, bem como pelos respetivos Serviços, foram-nos sempre prestados os esclarecimentos solicitados para o desempenho da nossa função.

Analisámos, também, a Certificação Legal de Contas emitida pela sociedade Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, L^a, cujo teor mereceu a nossa concordância.

Assim concluímos que:

- a) O Relatório de Gestão, bem como as respetivas contas consolidadas, exprimem, com clareza, a evolução do SBN durante o exercício de 2023; e
- b) As políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados na sua preparação são adequados e encontram-se devidamente divulgados nos respetivos anexos.

Pelo que somos de parecer que se aprovem:

1. As contas consolidadas e respetivos documentos referentes ao exercício de 2023;
2. A proposta da Direção sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Porto, 3 de maio de 2024.

Janet Macedo
João Sousa
Luís de Jesus